

Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos

Luís Raposo

Arqueólogo

O Diário, 22 6 1980

A actividade arqueológica do nosso país tem sido caracterizada desde há muito por um persistente amadorismo e uma não menor arreigada desarticulação no plano da investigação efectivamente realizada. Esta situação é, sem dúvida, a grande responsável pelo progressivo distanciamento em que, a todos os níveis, tem vindo a cair relativamente à generalidade dos países europeus.

Quer tomemos como ponto de comparação estado actual dos nossos conhecimentos acerca de vida humana no território que hoje ocupamos nos diferentes períodos sobre os quais a actividade arqueológica vulgarmente incide, quer consideremos os aparelhos metodológicos empregues, que nos reportemos aos aspectos institucionais de organização e funcionamento, quer que seja a perspectiva, forçoso é admitir o atraso acima referido.

E não se pense que tal panorama é congénito ou é, por qualquer obscura razão, uma fatalidade própria de um país pobre e profundamente por sucessivas e prolongadas políticas culturais (?) de fachada. Se procurarmos no tempo, encontraremos com facilidade períodos de relativo apogeu e actualização. É apenas por volta dos anos 1940/50 que se inicia o processo de retardamento referido – precisamente quando por toda a Europa se começa tentar uma institucionalização e organização autónomas para este ramo do saber. A relação entre um período dominado, ao nível do aparelho de Estado, por concepções retrógradas e avessas qualquer tipo de planificação e este processo é por demais evidente.

Depois de Abril e principalmente após uma certa consolidação das instituições, que a organização administrativa decorrente da Constituição da República permite, abrem-se perspectivas para a recuperação do tempo perdido. Recuperação que, necessariamente, terá de responder às duas questões inicialmente expostas: o *amadorismo* e a *desarticulação* existentes.

Nesta perspectiva, ganha forma a ideia de planificação da actividade arqueológica, a qual tem a sua primeira manifestação no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos de Campo (PNTAC), que agora se encontra na ordem do dia.

Interessa, portanto, antes do mais, situar no tempo, compreender, este plano, o qual, contrariamente ao que possa parecer ou se possa fazer crer, não tem no actual Secretário de Estado da Cultura (SEC), Pulido Valente, o seu progenitor, já que lhe é anterior e, por certo, estranho.

Aliás, a associação directa e pública de Pulido Valente com o plano é muito recente: data da sessão de abertura do IV Congresso Nacional de Arqueologia, que decorreu em Faro no mês passado. Nessa ocasião, foi tornado público um texto de “Plano de Trabalhos Arqueológicos de Campo”, elaborado por uma subcomissão *ad hoc* de arqueologia, do Instituto Português do Património Cultural, tendo o SEC dado conta do conhecimento que já então tinha de algumas críticas ao mesmo e, em consequência, remetendo a tomada de uma decisão final – que respeitaria – para o próprio Congresso.

De facto, a partir daí, durante todo o Congresso, o PNTAC tornou-se um “tema quente”. Surgiram alternativas, fizeram-se críticas e elogios.

Nas linhas gerais, o PNTAC apresentado, para 4 anos (1980-1984), era estruturado em 3 partes: uma primeira, introdutória, justificativa; uma segunda, constituída por uma listagem de pretensos projectos de investigação por períodos cronológico-culturais ou por temas específicos, projectos que se pretendia serem cimento aglutinador e disciplinador dos trabalhos concretos e desenvolver; uma terceira, composta pela enumeração dos trabalhos de campo a apoiar, no âmbito do plano, durante o ano em curso, indicando-se a verba considerada necessária para a sua concretização em cada ano. Por outro lado, todos os projectos de investigação eram agrupados em 3 escalões de prioridade: A1, estações arqueológicas ameaçadas; A2, estações arqueológicas não ameaçadas, mas integradas nos projectos de investigação definidos; B, estações arqueológicas não ameaçadas, nem integradas em projectos de investigação definidos. O quadro 1 dá conta da distribuição de verbas, por períodos cronológico-culturais e por escalões.

Ao plano apresentado oficialmente foram sobretudo apontados, pela negativa, os desequilíbrios regionais e por períodos nele patentes, a falta de rigor na distribuição de alguns trabalhos de campo pelos diferentes escalões estabelecidos e o carácter precário dos próprios projectos de investigação definidos. Foi ainda largamente criticado o acolhimento evidente que o texto em discussão dava a projectos de investigação puramente individuais, mais não visando do que satisfazer projectos de carreiras, ainda apor cima servidos por avultados quantitativos, tidos por exagerados e imorais.

Por outro lado, argumentaram os defensores do plano em apreciação que todos os projectos apresentados em tempo foram considerados, sem alteração, devendo os desequilíbrios existentes serem assacados à própria situação da arqueologia portuguesa e não ao plano, que dela é apenas um reflexo.

Seja como for, reconhecendo embora a necessidade de rever o plano apresentado, a própria existência de um PNTAC foi considerada positiva e indispensável, havendo nisto amplo consenso.

No entanto, a discussão em torno do PNTAC foi, durante o Congresso de Faro, muito mais alargada, abrangendo designadamente as questões da institucionalização, profissionalização e regionalização de toda a actividade arqueológica. Este facto, contrariamente ao que se poderia supor, comportou manifestos prejuízos já que ao transportar-se o debate para aquele plano, mais geral e necessariamente mais polémico e vago, por falta dos indispensáveis estudos e discussões preliminares, se impediu a tomada de *posição possível* pelo Congresso, o qual, nestas circunstâncias, acabou por não corresponder à “abertura” que o SEC lhe fizera, abdicando de se pronunciar e deixando por isso aberto, perigosamente, o campo de manobra do actual detentor da Secretaria de Estado.

Porque a defesa da institucionalização, profissionalização e regionalização da actividade arqueológica é um objectivo profundamente justo e necessário, não podemos deixar de advertir para o perigo que há em não saber distinguir isto da actividade de investigação corrente. Trata-se de dois processos complementares, mas estruturalmente diferentes, paralelos até.

Não pensamos ser um PNTAC, financiado pelo Fundo de Fomento Cultural, o lugar mais indicado para introduzir as questões acima apontadas. Voltando às duas carências

fundamentais referidas no início deste texto, diríamos que o PNTAC deve dar resposta – e apenas parcial – à segunda delas (falta de articulação), sendo um outro plano – Plano de Institucionalização, Profissionalização e Regionalização – a dar resposta à primeira (amadorismo). Ora, um plano como este último, para o qual, aliás, o grupo parlamentar do PCP deu recentemente um contributo com a sua proposta de criação de “regiões arqueológicas”, excede largamente a vocação de um Fundo de Fomento Cultural, devendo antes resultar de protocolos de cooperação entre os vários organismos oficiais necessários à sua concretização, designadamente a Secretaria de Estado da Cultura, o Ministério da Educação e Ciência, o Ministério da Administração Interna, sem esquecer, como é evidente, o Poder Autárquico.

Para além disto, não deve um plano desta natureza esgotar-se, nem sequer em termos de prioridades, na implantação de uma rede arqueológica regionalizada. Antes deve supor (e propor) vais paralelas de organização das actividades arqueológicas, a exemplo do que sucede na generalidade dos países desenvolvidos: uma estrutura regionalizada, sem dúvida, de natureza administrativa e de salvaguarda do património, apoiada e complementada por uma outra estrutura, autónoma em todo sentido, mais virada para o aprofundamento e especialização na investigação específica de certos períodos cronológico-culturais, metodologias de trabalho ou outras problemáticas relevantes (um exemplo deste tipo de estrutura poderia bem ser o de um Instituto do Quaternário, que urge criar).

Nestas condições, dada a complexidade do tema, a introdução desta problemática na ocasião do Congresso de Faro, a propósito de um PNTAC, não foi oportuna, podendo ver a ser, isso sim, inconveniente pelos efeitos práticos que possa comportar.

Posteriores desenvolvimentos desta questão vieram, de certo modo, confirmar as apreensões resultantes da discussão havida no Congresso de Faro: o projecto de PNTAC apresentado vai ser (quando? com que prazos? sob que perspectiva?) revisto pela mesma comissão que o elaborou, agora alargada de forma pouco clara.

Independentemente do perigo de que a revisão em perspectiva possa vir a confundir os dois aspectos de planificação da actividade arqueológica atrás referidos, os quais, como se disse, deveriam ser objecto de planos diferentes, independentemente disto, corre-se neste momento, por se pretender refazer todo o edifício, o sério risco de ver paralisados por todo este ano os projectos concretos de investigação em curso – o que é de todo em todo inadmissível.

Com efeito, estando nós em Junho e não se tendo ainda reunido sequer uma “nova” comissão alargada, conhecendo-se como se conhece a lentidão da pesada máquina burocrática do Estado, são legítimas as interrogações acerca da viabilidade da concretização dos projectos de trabalho previstos para este ano, os quais, por razões climatéricas se concentram quase todos nos meses de Verão. Será possível, em tempo útil, cumprir o plano, qualquer que ele seja, ainda este ano? A questão não é tão irrelevante como possa parecer, até porque existem já neste momento compromissos assumidos por grande número dos responsáveis por projectos de investigação em curso.

Seja ou não a intenção que preside a quem defende a revisão completa do actual PNTAC (a sua substituição por outro, dir-se-ia), a verdade é que a suspensão de facto, por um ano, de todos os trabalhos de campo a integrar no plano (porque dele dependentes, pelo menos em termos financeiros) comporta um preço muito elevado e insustentável. Seria o mesmo que propor a resolução do problema habitacional através de um plano que obrigasse à suspensão das obras

em curso, o que, a acontecer, constituiria, por muitas e boas justificações que houvesse, o descrédito do próprio plano.

Será, portanto, penoso para uma arqueologia portuguesa já habituada aos pequenos-grandes projectos sem futuro, no fundo já descrente da possibilidade da sua própria organização e institucionalização autónomas, que mais esta oportunidade esteja em risco de ser submersa pelos interesses particulares e faltas de visão próprias de um meio pequeno e provinciano. Quem defende, ou diz defender, uma perspectiva de planificação (a todos os níveis, incluindo os da institucionalização, profissionalização e regionalização) para a actividade arqueológica entre nós, deve reflectir, em cada momento, sobre o verdadeiro efeito dos passos que dá. Quem nesta perspectiva se coloca não se pode dar ao luxo de “queimar” aquilo por que luta.

Quadro 1

Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos de Campo (PNTAC) - 1980
Projecto apresnetado durante o IV Congresso Nacional de Arqueologia (Faro)

PERÍODOS	PRIORIDADES			Totais
	A1	A2	B	
Paleolítio e Mesolítico	220	581	85	886
Neolítico e Calcolítico	1849	290	-	2139
Bronze e Ferro	220	391	-	611
Romano, Suevo e Visigótico	2734	350	145	3229
Muçulmano e Medieval português	40	-	620	660
Várias épocas	1632	410	235	2277
Outros trabalhos	486	200**	-	686
Totais	7181	2222	1085	10488***

* Valores em contos

** Verba prevista para ocorrer a casos de emergência

*** Total geral de todo o PNTAC